

Universidade pública e privada em debate

SÓ EM TERMOS DE COMPETÊNCIA DEVERIA EXISTIR RIVALIDADE

— defendeu Franco Nogueira em Coimbra

O embaixador Franco Nogueira criticou ontem, em Coimbra, a rivalidade e a hostilidade que actualmente existem entre universidades públicas e privadas, sustentando que a única rivalidade que deveria existir entre elas seria a da competência.

Franco Nogueira lavava num colóquio subordinado ao tema «Universidades: pública e privada», que decorreu no auditório das Finanças Municipais por iniciativa da Comissão Política da JSD e do gabinete de estudos do PSD de Coimbra. Defendendo que não pode haver um conceito unívoco de universidade, Franco Nogueira historicou o aparecimento das universidades e definiu os diversos tipos destas escolas, aludindo, nomeadamente, às «universidades para a formação de elites» (que embora recebendo estudantes de todas as origens têm rígidos critérios de admissão no que toca a capacidade dos candidatos) e as «universidades de massas» (que, na sua opinião, privilegiam os problemas da sociedade em que se inserem e as leis da procura no seu mercado de trabalho).

Relativamente à polémica que esta problemática está a suscitar no nosso país, Franco Nogueira referiu que a própria Constituição Portuguesa «garante e quase impõe a existência de ensino superior privado», quando estipula a liberdade de ensinar e de aprender, e a liberdade de acesso à cultura, sem entraves. Considerando legítimo que as universidades oficiais exijam que o nível do ensino se não degrade nas escolas privadas, Franco Nogueira afirmou, contudo, que «todos conhecemos algumas faculdades e algumas universi-

dades cujo ensino deixa muito a desejar». E acrescentou:

«As universidades privadas são as primeiras a requerer uma rigorosa fiscalização, e que ela seja igual para as universidades oficiais».

Considerando que «um mestre é um homem que pertence a uma elite» e que «o Estado deve promover a circulação das elites e não o seu ceticismo», Franco Nogueira disse não ser lícito que se condicione o ensino apenas a alguns alunos.

A outra intervenção no colóquio pertenceu ao prof. dr. Barbosa de Melo, da Faculdade de Direito de Coimbra, que considerou que a liberdade de ensino «é um direito fundamental, algo que tem a ver com a dignidade das pessoas, pois todo o cidadão tem o direito de aprender livremente», acrescentando que «a legitimidade do ensino privado decorre desse direito fundamental».

Salientou, no entanto, que isto acarreta problemas muito complexos, já que «hoje em Portugal ainda não temos uma política de universidade e é urgente que ela surja». Referiu também que no nosso país existe «uma situação particularmente delicada, porque as universidades conferem títulos profissionais», quando o correcto seria que elas se limitassem aos títulos académicos, devendo «arredar-se a ideia de que ter um título profissional é suficiente para o exercício da profissão». Nessa perspectiva, defendeu que não deveria existir o sistema de «numerus clausus» e que todos que pretendessem tirar um determinado curso deveriam poder fazê-lo.

Quanto às universidades

privadas, Barbosa de Melo opinou que tem de haver um mínimo de requisitos para a sua criação, sendo desejável «que o sistema leve a que as universidades privadas sejam auto-suficientes quanto às pessoas que nelas trabalham», transformando-se «não numa instituição, onde se dão aulas, mas antes onde se formam universitários, não só um espaço físico, mas sobretudo um espaço humano». Nesta linha de pensamento, sustentou que são poucas as instituições com capacidade para poderem criar universidades, nomeando a Igreja Católica, a Fundação Gulbenkian e o próprio Estado como as únicas que vê com essa capacidade. Se assim não for, disse, «podemos cair no parasitismo universitário».

Seguiu-se um animado debate, moderado pelo dr. Celso da Silva, com algumas intervenções bem criticas. Entre elas a do prof. dr. Ferreira Gomes, da Faculdade de Psicologia de Coimbra, que referiu que o ensino privado no nosso país foi sempre muito diferente do estrangeiro, lembrando que os elevados para o ensino secundário diziam expressamente tratar-se de «indústria para explorar o ramo do ensino» e dizendo recetar que tal espírito se transfira para o ensino universitário particular. Referiu que no nosso país apenas existem 50 mil estudantes universitários (cerca de 8% de todo o grupo etário entre os 18 e os 24 anos), quando o desejável seria que existissem 200 mil. Depois de referir que embo-

ra a universidade oficial funcione mal, ela nunca funcionou tão bem como agora, o prof. dr. Ferreira Gomes disse ainda:

«Em teoria, aceito as universidades privadas, mas o que não aceito é que elas possam ser criadas por um qualquer grupo «ad hoc», normalmente um grupo de gerentes, um grupo de amigos que se junta no café e que diz «vamos fazer aqui uma universidade».

Falou também o prof. dr. Pedro Dias, da Faculdade de Letras de Coimbra, que defendeu a legitimidade do ensino universitário privado, e também que quem possui os graus académicos necessários possa ensinar onde bem entende. Criticou, depois, o PSD, partido a que pertence, porque «está há doze anos no Governo e não promoveu ainda um debate interno sobre a universidade», referiu o grande número de universidades privadas e públicas que têm surgido nos últimos tempos, e teve contundentes críticas à actual situação do ensino superior no nosso país. Disse, nomeadamente, que «a maior parte das universidades do Estado têm péssimos docentes», que muitas das universidades estatais surgidas nos últimos tempos recusam professores entre os que foram excluídos, por falta de capacidade, das mais importantes universidades do país. Disse, haver professores que só vão à escola uma vez por semana, que há outros dispensados do Serviço nas universidades estatais, para prepararem doutoramento, que estão a leccionar em universidades privadas.

Em termos de condições de ensino, citou o caso da Faculdade de Letras de Coimbra, feita para 400 alunos, e que tem hoje cerca de três mil, que dispõe de uma única casa de banho para senhoras, onde se dão aulas em corredores. Perguntou como e porquê se pretende fiscalizar as universidades privadas se os oficiais são as primeiras a não terem condições, e referiu que, embora sendo contra as acumulações, entendia salutar que as universidades oficiais cedessem os seus professores, como «visitantes».

O padre Joaquim António de Aguiar, de uma universidade privada de Lisboa, defendeu que o Estado deveria subsidiar o ensino superior privado, que reconheceu ter hoje um custo incomportável para a maioria das pessoas (cerca de 10 mil escudos mensais, só em propinas, contra os cerca de 1500 escudos anuais no ensino público).

No debate intervieram ainda alunos de universidades privadas, que desde o passado mês de Outubro aguardam decisão sobre o seu pedido de transferência para a Faculdade de Direito de Coimbra, e um estudante desta faculdade, que referiu não haver animosidade contra esse ingresso, mas apenas a constatação de que a escola está já superlotada, sem condições para os actuais alunos, quanto mais para receber «mais uma avalanche de estudantes».

O debate, interrompido já depois das 20 horas, prosseguiria à noite, com a intervenção do ministro da Educação e Cultura, João de Deus Pinheiro, a que faremos referência na edição de amanhã.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

COMERCIO DO PORTO P 6

Coimbra discute universidades

As universidades públicas e privadas constituirão o tema de uma conferência ontem proferida em Coimbra por Barbosa de Melo e Franco Nogueira.

No início da conferência usou da palavra o ministro da Educação, João de Deus Pinheiro.

A iniciativa foi da Comissão Política Distrital de Coimbra da JSD e do Gabinete de Estudos do PSD daquela cidade.

Ensino Particular/ensino Público
Do Sade